

Demonstrações financeiras

Central Geradora Eólica Seridó IV S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Central Geradora Eólica Seridó IV S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras..... 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial 4

Demonstração do resultado 6

Demonstração dos resultados abrangentes 7

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 8

Demonstração dos fluxos de caixa 9

Notas explicativas às demonstrações financeiras 10



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Central Geradora Eólica Seridó IV S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Geradora Eólica Seridó IV S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Shape the future
with confidence

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



Shape the future
with confidence

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de maio de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O


Emerson Pompeu Bassetti
Contador CRC SP-251558/O

Central Geradora Eólica Seridó IV S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$)

	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.545	42.569
Contas a receber	5	8.521	765
Despesas antecipadas		134	-
Tributos a recuperar		203	1
		15.403	43.335
Não circulante			
Depósitos restituíveis e caixa restrito	6	6.167	2.283
Depósitos judiciais		12	-
Imobilizado	7	219.255	209.483
		225.434	211.766
Total do ativo		240.837	255.101

Central Geradora Eólica Seridó IV S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais R\$)

	Notas	2024	2023
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar	8	27.045	37.276
Empréstimos e financiamentos	9	10.386	3
Obrigações tributárias		414	18
		37.845	37.297
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	120.475	77.576
Provisão para desmobilização	11	513	470
		120.988	78.046
Patrimônio Líquido			
Capital social		83.058	139.800
Prejuízo acumulado		(1.054)	(42)
Total do patrimônio líquido		82.004	139.758
Total do passivo e do Patrimônio Líquido		240.837	255.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Seridó IV S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$)

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	14	23.357	262
Custo de geração de energia	15	(18.885)	(265)
Lucro bruto (prejuízo)		4.472	(3)
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	(370)	-
Outras receitas (despesas) operacionais		(32)	(15)
		(402)	(15)
Lucro operacional (prejuízo) antes do resultado financeiro		4.070	(18)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	16	3.944	-
Despesas financeiras	16	(6.962)	-
		(3.018)	-
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		1.052	(18)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	17	(2.064)	(6)
Prejuízo do exercício		(1.012)	(24)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Seridó IV S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais R\$)

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(1.012)	(24)
Total de resultados abrangentes do exercício	(1.012)	(24)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Seridó IV S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais R\$)

	Nota	Capital Social	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2022		21.212	(18)	21.194
Redução de capital ocorrida no exercício	12	(41.000)	-	(41.000)
Aumento de capital ocorrida no exercício	12	159.158	-	159.158
Prejuízo do exercício		-	(24)	(24)
Em 31 de dezembro de 2023		139.800	(42)	139.758
Redução de capital ocorrida no exercício	12	(67.348)	-	(67.348)
Aumento de capital ocorrida no exercício	12	10.606	-	10.606
Prejuízo do exercício			(1.012)	(1.012)
Em 31 de dezembro de 2024		83.058	(1.054)	82.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Seridó IV S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$)

	Notas	2024	2023
Atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		1.052	(18)
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa			
Depreciação de imobilizado	7	11.855	-
Juros sobre empréstimos	16	5.964	-
Atualização de provisão para desmobilização	11	43	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber		(7.756)	(272)
Impostos a recuperar		(202)	19
Despesas antecipadas		(134)	-
Depósitos judiciais		(12)	-
Aumento nos passivos operacionais			
Contas a pagar		(10.231)	16.472
Obrigações tributárias		(465)	12
Pagamento de empréstimos e financiamentos – juros		(1.673)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.203)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		(2.762)	16.213
Atividades de investimento			
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	7	(8.679)	(154.852)
Depósitos restituíveis e valores vinculados		(3.884)	(2.283)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(12.563)	(157.135)
Atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	9	43.824	77.497
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	9	(3)	-
Aumento de capital		-	146.947
Redução de capital		(64.520)	(41.000)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamento		(20.699)	183.444
Aumento líquido redução do saldo de caixa e equivalente de caixa		(36.024)	42.522
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		42.569	47
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		6.545	42.569
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(36.024)	42.522

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Central Geradora Eólica Seridó IV S.A. ("SERI4" ou "Companhia"), cuja sede social é localizada na Avenida Almirante Julio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, Jacarepaguá, CEP 22775-028, na cidade do Rio de Janeiro, é uma Companhia anônima de capital fechado que tem por objeto: a) a implantação e a exploração da Central Geradora Eólica Seridó IV ("EOL Seridó IV" ou "EOL"); b) a produção e comercialização da potência e da energia gerada pela EOL; c) a manutenção, a operação e a exploração de todos os bens e direitos, equipamentos e instalações que compõe a EOL; e d) comercialização de créditos de carbono.

A Companhia foi constituída em 13 de agosto de 2020, e atualmente é controlada diretamente pela Mirante Energética S.A.

EOL	Potência em MW	Nº da autorização ANEEL	Vencimento do prazo da autorização	Local
Oeste Seridó IV	25,2	567/2021	Dezembro de 2056	Parelhas - RN

No dia 13 de junho de 2022, a autorização referente à Central Geradora Eólica Seridó IV S.A. foi transferida da Mirante Energética S.A e Oeste Energia Investimentos e Participações S.A. para a Central Geradora Eólica Seridó IV S.A., através da Resolução Autorizativa nº 12.036/2022.

A Companhia possui contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes características:

Cliente	Datas do contrato	
	Início	Vencimento
Distribuidoras de energia	01/01/2024	31/12/2043

Anualmente ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados acima são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui Capital Circulante Líquido ("CCL") negativo de R\$22.442 (R\$6.038 positivo em 31 de dezembro de 2023), decorrente principalmente da rubrica de Contas a pagar que em 2024 tem o valor de R\$27.045 (R\$37.276 em 2023). Em 2024, a Companhia apresentou prejuízo líquido do exercício de R\$1.012 (R\$24 em 2023) e apresentou fluxo de caixa líquido negativo gerado pelas atividades operacionais no montante de R\$2.762 (R\$16.213 positivo em 2023).

A Diretoria da Companhia entende que o acionista continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo. Nesse contexto, a Diretoria avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Diretoria não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Companhia por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como capacidade de produção de energia instalada, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em XX de março de 2025.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.2. Declaração de relevância

A Diretoria da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Diretoria afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela Diretoria na sua gestão do negócio.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Diretoria faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações financeiras estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do imobilizado (nota 7);
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota 3.6);
- Provisão para demandas judiciais (nota 10).

3. Políticas contábeis materiais

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber, para o saldo de clientes, que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, cauções e depósitos vinculados (caixa restrito), contas de ressarcimento de energia a receber, partes relacionadas, entre outros.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c) Classificação e mensuração

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui apenas ativos financeiros, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber, despesas antecipadas, estoques e empréstimos a receber.

Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

d) Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

d) Desreconhecimento--Continuação

nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

e) Valor justo e redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

A Diretoria da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Não foram identificadas evidências de *impairment*.

ii) Passivos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar, dividendos a pagar e arrendamento.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

b) *Mensuração subsequente*

A Companhia deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado a menos que os passivos financeiros atendam às exceções previstas no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tais como: instrumentos financeiros derivativos; derivativos embutidos; contratos de garantia financeira; compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado; contraprestação contingente reconhecida em combinação; e demais opções previstas nesse pronunciamento.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, todos os passivos financeiros da Companhia estão, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

c) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

iv) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não tem contrato ou operou com instrumentos derivativos, assim como não efetuou transações com esses instrumentos durante o exercício de 2024 e de 2023. Também, não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

3.3 Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.4 Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos da classe de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na Nota X e os critérios de depreciação são demonstrados na Nota XX.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

Obras em andamento estão relacionadas a gastos com materiais, mão de obra direta e indireta na preparação e instalação do bem até que esteja disponível para uso, ou seja, quando está no local e condições necessárias para funcionar de forma pretendida pela diretoria. Nesse momento o valor do bem é transferido de Imobilizado em Curso para Imobilizado em Serviço, quando então a devida depreciação conforme a vida útil do bem é iniciada.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

3.5 Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

Os ativos não circulantes são revisados e submetidos anualmente ao teste de "*impairment*" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.5 Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)--Continuação

balanço.

A Diretoria avaliou e conclui que não há indicativos de *impairment*.

3.6 Provisões

As provisões são registradas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pós-emprego, ou ainda remunerações baseadas em ações.

(a) Provisão para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os valores envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos avaliados como perda remota não são provisionados nem divulgados; e ii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, e de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

(b) Provisão para desmobilização

A provisão para desmobilização/desmantelamento de ativos do parque eólico considera que a entidade assumiu obrigação de retirada de ativos ao final do prazo do contrato de arrendamento das terras onde está instalado. A provisão foi inicialmente mensurada ao valor justo e, posteriormente, é ajustada ao valor presente e por mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado o lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Diretoria periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

3. Políticas contábeis materiais—Continuação

3.7 Imposto de renda e contribuição social

Conforme facultado pela legislação tributária, as companhias cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$78.000 no ano calendário anterior, podem optar pelo regime de lucro presumido. Os impostos são apurados mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

Para os exercícios de 2024 e 2023, a Companhia optou pelo regime tributário Lucro presumido.

3.8 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.9 Capital Social

As ações ordinárias são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido.

3.10 Apuração do resultado

a) Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional do curso normal das atividades das Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

É estabelecido pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, o modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.10 Apuração do resultado

a) Receitas de venda de energia elétrica

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

O contrato da Companhia possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada prevista no contrato com as distribuidoras; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

b) Custos de serviços

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.11 Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com <i>covenants</i>	01.01.2024
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa		01.01.2024
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de financiamento de fornecedores	01.01.2024

A diretoria da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade/permutabilidade (<i>Lack of Exchangeability</i>)	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01.01.2025
CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras.	Novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado, incluindo totais e subtotais especificados, além de definições de categorias.	01.01.2027

A diretoria da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários	428	31
Aplicações financeiras	6.117	42.538
Total	6.545	42.569

(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100% da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, respectivamente.

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2024	2023
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	6.093	-
Banco do Nordeste do Brasil S.A (BNB)	Fundo	CDI	24	42.538
			6.117	42.538

5. Contas a receber

	2024	2023
Venda de energia	1.041	-
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	593	-
Contas a receber com partes relacionadas (nota 13)	6.887	765
	8.521	765

(*) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	2024	2023
Saldo a vencer	5.109	765
Saldo vencido de 31 a 60 dias	2.533	-
Saldo vencido há mais de 150 dias	879	-
Total	8.521	765

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, nenhuma provisão de perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber, considerando as características do mercado em que atua, a expectativa da Diretoria.

6. Depósitos restituíveis e valores vinculados

As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis e vinculados a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2024	2023
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Fundos	DI	6.167	2.283
			6.167	2.283

A Companhia possui depósitos em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco do Nordeste – BNB, referente à manutenção do fundo de liquidez em conta reserva, que permanecerão bloqueados até o final da liquidação de todas as obrigações garantidas.

A Companhia adotou de forma prospectiva a definição após mudança na política contábil do grupo devido a atualização do IAS1 que esclareceu que os saldos de caixa restritos consistem em contas das quais não se podem transferir recursos sem a aprovação expressa de terceiros.

7. Imobilizado

	Em serviço		Em curso	
	Máquinas e equipamentos	Provisão para Desmobilização	Bens em andamento	Total
31 de dezembro de 2022	-	-	41.438	41.438
Adições	-	470	154.852	155.322
Adições por capitalização de juros (*)	-	-	12.723	12.723
Transferências	209.013	-	(209.013)	-
31 de dezembro de 2023	209.013	470	-	209.483
Adições	-	-	8.679	8.679
Adições por capitalização de juros (**)	-	-	12.948	12.948
Transferências	13.793	-	(13.793)	-
31 de dezembro de 2024	222.806	470	7.834	231.110
31 de dezembro de 2022	-	-	-	-
Adições de depreciação	-	-	-	-
31 de dezembro de 2023	-	-	-	-
Adições de depreciação	(11.841)	(14)	-	(11.855)
31 de dezembro de 2024	(11.841)	(14)	-	(11.855)
Total em 31 de dezembro de 2023	209.013	470	-	209.483
Total em 31 de dezembro de 2024	210.965	456	7.834	219.255

(*) Em 29 de dezembro de 2023 a Controladora da Companhia realizou uma descida de capital referente aos valores aplicados no projeto de desenvolvimento do parque Seridó. O valor total, correspondente a descida de capital foi de R\$ 12.641 composto conforme segue: (a) R\$ 12.280 referente a despesas de juros capitalizadas; (b) R\$ 361 correspondente a despesas capitalizadas.

(**) Em 30 de dezembro de 2024 a Controladora da Companhia realizou uma descida de capital referente aos valores aplicados no projeto de desenvolvimento do parque Seridó. O valor total, correspondente a descida de capital foi de R\$7.778, composto conforme segue: (a) R\$7.605 referente a despesas de juros capitalizadas; (b) R\$172 correspondente a despesas capitalizada. Houve também a capitalização dos juros do empréstimo da Companhia junto ao BNB no montante de R\$ 5.170, totalizando o montante de R\$ 12.948 no exercício de 2024

7. Imobilizado--Continuação

a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2024 e 2023 e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de geração de energia elétrica por mais 30 anos a contar da data final da outorga atual; e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizou suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimento que são passivos a essa renovação e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos.

Mediante a este cenário a usina passou a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos estabelecido pela ANEEL, limitadas ao prazo da outorga, sendo este agora considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei.

A Companhia para seu ativo imobilizado adotada como referência as informações do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, sendo as taxas que representam e correspondem de forma razoável e adequada a taxa de vida útil dos ativos imobilizados, em consonância com a norma CPC 27. A Diretoria acredita que em suas demonstrações financeiras está refletida adequadamente a depreciação, sendo que esta reflete a vida útil dos seus ativos imobilizados em consonância com os pronunciamentos contábeis vigentes (CPC 27 e normas aplicáveis ao setor elétrico).

	Vida útil
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Diretoria não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

8. Contas a pagar

	2024	2023
Fornecedores	12.902	24.964
Contas a pagar - Partes relacionadas (nota 13)	14.143	12.312
	27.045	37.276

9. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Credor	Encargos	2024		2023	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional					
BNB	IPCA + 5,3430% a.a.	7.960	93.925	3	77.576
BNB	IPCA + 11,00% a.a.	2.426	26.550	-	-
Total		10.386	120.475	3	77.576

A Companhia obteve financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A ("BNB"), com taxa de juros composta pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acrescida de 5,3430% ao ano. O pagamento das parcelas, que englobam tanto o principal quanto os juros, terá início em fevereiro de 2025, com o vencimento da última parcela previsto para julho de 2047.

Conforme estipulado no contrato de financiamento, foi contratada fiança bancária como garantia do cumprimento das obrigações financeiras associadas ao empréstimo, além da constituição de contas reservas destinadas ao serviço da dívida, no valor equivalente a 3,15% do montante já desembolsado. Embora o referido contrato não contemple covenants financeiros, outras obrigações restritivas e cláusulas de vencimento antecipado estão sendo monitoradas de forma contínua. Até a data de 31 de dezembro de 2024, todos os requisitos contratuais foram devidamente atendidos.

	2024	2023
Saldo inicial	77.579	-
Captação	43.824	77.497
Juros capitalizados	5.170	82
Juros provisionados (nota 16)	5.964	-
Amortização – principal	(3)	-
Pagamentos - juros	(1.673)	-
Saldo final	130.861	77.579

A amortização esperada para os saldos do não circulantes estão compostas da seguinte forma:

	2024
2026	2.530
2027	3.663
2028	4.945
2029	5.473
Após 2029	103.864
Saldo final	120.475

10. Provisão para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Sociedade não possui processos de qualquer natureza decorrentes do curso normal das operações avaliados como perda provável.

Em 31 de dezembro de 2024, há uma reclamação trabalhista, no valor de R\$ 3.007, classificada pelos assessores legais como perda possível envolvendo a Central Geradora Eólica Seridó XI S.A., em conjunto com as companhias Central Geradora Eólica Seridó V S.A., Central Geradora Eólica Seridó IV S.A., Central Geradora Eólica Seridó III S.A., Central Geradora Eólica Seridó I S.A., Central Geradora Eólica Seridó VI S.A., Central Geradora Eólica Seridó IX S.A., Central Geradora Eólica Seridó X S.A. Central Geradora Eólica Seridó II S.A. e Central Geradora Eólica Seridó XII S.A.

11. Provisão para desmobilização de ativos

Considerando que o parque eólico possui contratos de arrendamento do terreno e assumiu obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato, a provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente pela taxa de desconto de 9,11% e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tendo como contrapartida o imobilizado.

Provisão para desmobilização	2024	2023
Saldo inicial	470	-
Adição	-	470
Atualização	43	-
Saldo final	513	470

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 83.058 (R\$ 139.800 em 2023), dividido em 83.057.700 (oitenta e três milhões, cinquenta e sete mil e setecentos), ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (139.799.7621 em 2023)

Em 31 de dezembro de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada nesta data, reduziram o capital da Companhia em R\$ 700, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia.

Em 30 de dezembro de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada nesta data, aumentaram o capital da Companhia em R\$ 7.778, subscrito e integralizado mediante bens e direitos relacionados à Companhia de titularidade da acionista Mirante Energética S.A.

Em 27 de setembro de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada nesta data, reduziram o capital da Companhia em R\$ 67.348, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia.

Em 24 de setembro de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada nesta data, aumentaram o capital da Companhia em R\$ 2.128, subscrito e integralizado mediante a capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital.

Em 29 de dezembro de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada nesta data, aumentaram o capital da Companhia em R\$ 96.950, subscrito e integralizado mediante a capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital.

Em 29 de dezembro de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada nesta data, aumentaram o capital da Companhia em R\$12.641, subscrito e integralizado mediante bens e direitos relacionados à Companhia de titularidade da acionista Mirante Energética S.A.

Em 15 de dezembro de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada nesta data, reduziram o capital da Companhia em R\$ 41.000, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia.

Em 26 de julho de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada nesta data, aumentaram o capital da Companhia em R\$49.998, subscrito e integralizado mediante a capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital.

Em 13 de dezembro de 2022, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$ 5.757, com a emissão de 5.757.459 (cinco milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e nove) ações ordinárias nominativas, mediante R\$ 850 via capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital e R\$ 4.907 subscrito e integralizado em bens e direitos relacionados a Central Geradora Eólica Seridó IV S.A., de titularidade da acionista Mirante Energética S.A.

12. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Em 29 de abril de 2022, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aumentaram o capital da Companhia em R\$ 15.454, com a emissão de 15.453.383 (quinze milhões, quatrocentas e cinquenta e três mil, trezentas e oitenta e três) ações ordinárias nominativas, mediante: a) A integralização em bens e direitos relacionados a Seridó IV no montante de R\$ 15.402; b) A capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 52.

b) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório valor não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício social de 2024 e 2023 não houve distribuição de dividendos aos acionistas referentes ao exercício tendo em vista a inexistência de lucros apurados neste período.

13. Transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com as empresas do Grupo são apresentados conforme abaixo:

	Nota	2024	2023
Ativo			
Contas a receber			
Mirante Energética S.A.	(a)	493	765
Central Geradora Eólica Seridó I S.A.	(a)	5.066	-
Elera Gestão e Energia S.A.	(a)	1.328	-
		<u>6.887</u>	<u>765</u>
Passivo			
Contas a pagar			
Elera Renováveis S.A.	(b)	733	289
Mirante Energética S.A.	(b)	-	6.007
Central Geradora Eólica Seridó I S.A.	(b)	11.176	6.016
Elera Gestão e Energia S.A.	(b)	2.235	-
		<u>14.143</u>	<u>12.312</u>
Receita			
Venda de energia			
Elera Comercializadora Ltda.	(c)	241	-
Elera Gestão e Energia S.A.	(c)	13.941	-
		<u>14.182</u>	<u>-</u>
Custo			
Compra de energia			
Elera Gestão e Energia S.A.	(d)	2.235	-
		<u>2.235</u>	<u>-</u>
Serviços de ADM - Despesa			
Elera Renováveis S.A.	(e)	356	-
		<u>356</u>	<u>-</u>

- (a) Contas a receber entre a Companhia e as empresas do grupo, serviços de administração, reembolso de despesas e outros;
- (b) Contas a pagar entre a Companhia e as empresas do grupo, serviços de administração e outros.
- (c) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo.
- (d) Compra de energia elétrica para outras empresas do grupo.
- (e) Conforme acordado entre as partes, o saldo refere-se a prestação de serviços de assessoria e consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, de administração financeiras, recursos humanos e engenharia.

13. Transações com partes relacionadas--Continuação

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade.

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 2024 e 2023, tendo em vista os acordos firmados entre os diretores, ora eleitos e as entidades do grupo econômico do qual a Companhia faz parte, os diretores não receberam qualquer remuneração da Companhia para o presente exercício social.

14. Receita Operacional Líquida

	2024	2023
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica	8.418	-
Venda de energia elétrica - partes relacionadas (nota 13)	14.182	-
Resultado com MRE e CCEE (*)	1.642	272
	24.242	272
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
PIS	(158)	(2)
COFINS	(727)	(8)
	(885)	(10)
Receita operacional líquida	23.357	262

15. Custos de geração de energia e despesas administrativas e gerais

	2024	2023
Custo do serviço de energia elétrica		
Compra de energia elétrica – partes relacionadas (nota 13)	(2.235)	-
Royalties ANEEL	(1.377)	(198)
Total custo do serviço de energia elétrica	(3.612)	(198)
Custo com a operação		
Impostos, licenças e taxas	(35)	-
Serviços de terceiros	(2.455)	(67)
Seguros	(287)	-
Depreciação do imobilizado	(11.855)	-
MRE/ CCEE	(258)	-
Promoção e publicidade	(11)	-
Outros custos	(372)	-
Total custo com a operação	(15.273)	(67)
Total dos custos	(18.885)	(265)
Despesas gerais		
Serviços de terceiros	(7)	-
Serviços de administração	(356)	-
Serviços de publicidade	(7)	-
Total das despesas gerais e administrativas	(370)	-

16. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	3.944	-
	3.944	-
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(5.964)	-
Imposto sobre operações financeiras	(31)	-
Multas e encargos sobre empréstimos	(184)	-
Atualização de contingências	(16)	-
Despesas com letras de crédito	(724)	-
Atualização monetária sobre provisão para desmobilização	(43)	-
	(6.962)	-
Resultado financeiro	(3.018)	-

Central Geradora Eólica Seridó IV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
Corrente		
Imposto de renda	(1.447)	(3)
Contribuição social	(617)	(3)
Total com despesas de impostos	(2.064)	(6)

A Companhia calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento (fornecimento de energia)	24.242	24.242	272	272
ICMS			-	-
	24.242	24.242	272	272
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	1.939	2.909	22	33
Receitas financeiras	3.944	3.944	-	-
Base de cálculo total	5.883	6.853	22	33
% do imposto (*)	25%	9%	25%	9%
	(1.471)	(617)	(6)	(3)
Outros	24	-	3	-
Total	(1.447)	(617)	(3)	(3)

(*) A aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9%, para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

18. Seguros

A Companhia tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2024 é de R\$189.846 (de R\$532.000 em 31 de dezembro de 2023) para os bens vinculados à autorização, com início em 22 de junho de 2024 e término em 22 de junho de 2025

Central Geradora Eólica Seridó IV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Companhia são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	2024			2023		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Conta corrente	428	-	428	31	-	31
Aplicações financeiras	-	6.117	6.117	-	42.538	42.538
Contas a receber	8.521	-	8.521	765	-	765
Depósitos judiciais	12	-	12	-	-	-
Depósitos restituíveis e caixa restrito	-	6.167	6.167	-	2.283	2.283
	8.961	12.284	21.245	796	44.821	45.617

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Central Geradora Eólica Seridó IV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros	2024		2023	
	Custo Amortizado	Total	Custo Amortizado	Total
Contas a pagar	27.045	27.045	37.276	37.276
Empréstimos e financiamentos	130.861	130.861	77.579	77.579
	157.906	157.906	109.855	109.855

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo.

A Companhia não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2024 e 2023.

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2024 e 2023. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil.

Central Geradora Eólica Seridó IV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Diretoria da Companhia, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

A Companhia possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia efetua avaliações financeiras, possui garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

Central Geradora Eólica Seridó IV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

iv) *Risco de geração*

A receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras eólicas depende diretamente da energia efetivamente gerada. O ambiente de contratação na qual foi vendida a energia da geradora eólica, mercado livre ou regulado, definirá como e quando o déficit ou o superávit de geração afetará a receita da Companhia.

No mercado livre, quando a produção da usina é inferior aos seus compromissos contratuais, a Companhia deverá adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo. Quando a venda é efetivada no mercado regulado, o eventual déficit de geração deverá ser abatido da receita de contratos que a usina tem direito.

Para as usinas em construção, quando um contrato de fornecimento se inicia antes da data de início de operação comercial da usina, a Companhia deverá adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo.

v) *Risco de não renovação da autorização*

A Companhia detém autorização para exploração de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos.

O atual arcabouço legislativo não dispõe sobre o direito à renovação de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica proveniente de fonte eólica. A Lei Federal nº 13.360/2016, em seu § 1º - C, art. 26, apenas dispõe que os empreendimentos de fontes eólicas que tiverem suas outorgas de autorização prorrogadas não observarão o desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD).

Desta forma, não há instrumento legal que garanta o direito de renovação das outorgas de autorização concedidas à Companhia pelo Poder Concedente.

Caso a renovação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais ou de redução de incentivos previamente concedidos para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2024 e de 2023, a Companhia não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

Central Geradora Eólica Seridó IV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa – Atividades de financiamento

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas operações não envolvendo caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, do qual demonstramos as principais a seguir:

2024

Juros capitalizados

Total de movimentação dos empréstimos e financiamentos (nota 9)	53.282
Adições de captação de empréstimos e financiamentos	(43.824)
Juros sobre empréstimos provisionados do período	(5.964)
Amortização do principal	3
Pagamento de juros do período	1.673
Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa	5.170